

O Novo Ciclo da Guerra¹

Luiz Cláudio de S. Gomes*

A violência pelo fogo, inclusive urbana, possuirá uma solução eficaz?
A argumentação do autor, neste artigo, resulta afirmativa

a resposta às suas indagações.

A humanidade está prestes a atingir as portas do século XXI, e a pergunta que surge é: *E a Guerra, como vai ficar?* Os estudiosos da atualidade, com certeza, dirão: *ela nunca desaparecerá, mas está melhorando a cada dia.*

Parece um tanto falacioso afirmar que esse fenômeno da relação humana esteja evoluindo para melhor, todavia o ciclo que se iniciou, no último terço deste século, traz esta constatação. A filosofia da guerra total do General prussiano Karl von Clausewitz, que pregava a ação ilimitada da violência material sobre a qual não pairava nenhum princípio moderador e que maculou o século vinte com

inúmeras cenas de destruição em massa, está dando a vez ao retorno do pensamento milenar do filósofo chinês Sun Tzu.

É importante que se diga que Sun Tzu descreveu a estratégia operacional ideal como aquela que não necessitasse de combates para se atingir o objetivo militar de guerra. Dizia ele: *o chefe hábil na arte da guerra subjuga as tropas do inimigo sem luta; captura suas cidades sem sitiá-las; derruba seu reino sem operações militares prolongadas... sem perder um só homem; lutar e vencer em todas as batalhas não é a virtude suprema; esta consiste em quebrar a resistência do inimigo sem combater.*

É importante voltar alguns anos no tempo, para saber onde começa a transição e por que tal fato aconteceu.

Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu abraçado por um novo conflito, o ideológico, onde a disputa ficaria liderada pelos vencedores, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O que se chamou Guerra Fria promoveu vários episódios de confronto entre as duas potências e materializou as chamadas corridas nuclear, armamentista e espacial, entre outras. Esse longo e nebuloso período de enfrentamento iria durar até a derrocada da URSS, no final da década de oitenta. Todavia, durante sua vigên-

* Tenente-Coronel de Comunicações e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME

cia, motivado pela incessante pesquisa tecnológica armamentista, de ambos os lados, aconteceram inúmeros incrementos ao combate subnuclear com a finalidade de dar suporte, cada vez maior, ao poder militar dessas nações.

Entretanto, esse não é o fator chave que irá alterar os critérios da filosofia de combate, praticada no mundo até então. Percebe-se que a busca por indicadores modernos e multiplicadores de força eficientes surge como consequência da falta de liberdade de ação no emprego do artefato nuclear e pelo fato do fortalecimento, sem precedentes em outras épocas, da opinião pública.

Na História atual, é possível afirmar que a década de 70 é um *divisor de águas* marcante para a filosofia de guerra. Mas por que se apegar a essa década? O início dela marcou a História mundial com a derrota de um exército de Primeiro Mundo para um exército de Terceiro Mundo no sudeste asiático, apesar do imenso poderio nuclear ostentado pelo primeiro. Esse fato irá redundar em um redirecionamento da pesquisa doutrinária e armamentista das Forças Armadas norte-

americanas, dando início às mudanças que abrangem a filosofia atual da guerra.

Não há dúvidas que, nos nossos tempos, ganhou importância o pensamento do estudioso inglês Lindell Hart que foi grandemente influenciado por Sun Tzu e detalhou sua estratégia no que chamou de *Aproximação Indireta*. Para ele, o desequilíbrio do inimigo é a meta da estratégia operacional. Nesse nível, só se parte para enfrentar o inimigo após tê-lo desgastado, surpreendido e desequilibrado, mediante uma aproximação imprevista. O método de desequilibrar o inimigo, antes da batalha, pode ser obtido por ações no campo diplomático, por bloqueios diversos, por meio de destruição de objetivos vitais, pela penetração ou avanço em locais inesperados e por meio de um adequado emprego dos poderes naval e aéreo. A manobra terrestre será marcada por uma profunda penetração estratégica no dispositivo inimigo, com o objetivo de paralizá-lo, por intermédio da destruição de seu sistema de comunicações e de suas linhas de apoio logístico, com as conse-

quências de natureza psicológica que advirão.

Lindell Hart foi extremamente coerente, quando afirmou que se deve infligir ao adversário *menor dano permanente, pois o inimigo de hoje é o freguês de amanhã e o aliado do futuro*, confirmando o pragmatismo que deve guiar as relações internacionais na época atual.

A mudança de mentalidade incorporou um vasto índice de novos termos ao segmento bélico da atualidade. Ouve-se falar com mais ênfase em tempo real, sincronização dos meios, operações em profundidade, campo de batalha não linear, interdição do campo de combate, manobra de flanco, dispositivo de expectativa, entre outros. No campo do material e das idéias, surgem a tendência ao emprego do soldado profissional, a necessidade do combate continuado com uso das tecnologias de visão noturna, a importância da asa rotativa, o crescente e vital emprego da Guerra Eletrônica, a eficiência da Comunicação Social, a utilização dos satélites como meio de busca de informes, a participação dos microproces-

sadores, cada vez maior, e a condicionante impositiva da logística, como fator suporte das operações.

A nova edição do manual C 100-5, Operações, está repleta desse novo enfoque, impondo aos militares uma mudança de postura intelectual, como preparação para o combate da época atual.

Olhando mais além, aparece uma nova tendência, a *Antiletalidade* e, por isso, o pensamento militar precisa avançar, ainda mais, pois talvez essa seja a próxima fronteira da guerra.

O cerne dessa tendência está evidentemente na busca da preservação do homem e no abandono da teoria de destruição em massa. A valorização da opinião pública no contexto mundial, com predomínio de Estados democráticos, na atualidade, tornou impositivo que a mídia se tornasse um incansável órgão de vigilância para coibir e denunciar atrocidades e genocídios, praticados contra o ser humano.

Outro dado importante é que os altos custos dos esforços de guerra têm atrapalhado o desenvolvimento das nações e, como no passado, quando das tribos

evoluiu-se para as cidades-Estado, depois para os domínios feudais e, em seguida, para os Estados nacionais, a evolução histórica do mundo caminha diante de uma nova realidade, a formação de novas grandes comunidades, os blocos econômicos regionais, que certamente trabalharão para manter e aperfeiçoar o sistema econômico mundial em troca da eclosão de novos conflitos.

Quando se fala em *Antiletalidade* é preciso, antes de tudo, criar uma mentalidade por sua aceitação, provando que ela é viável e será a melhor forma de guiar homens em conflito a uma situação de armistício.

Para provar que existem inúmeros ganhos com essa filosofia, expõe-se a seguir alguns aspectos positivos de seu emprego:

- preservação de inúmeras vidas de ambos lados em confronto;
- preservação de uma incalculável montanha de recursos e itens materiais que são gastos com o modelo de guerra em vigor;
- excelente forma de tratar com as Forças Adversas, na Segurança Interna, quando existirão vários elementos nacionais, sendo

manipulados por lideranças inconseqüentes;

- possibilidade de subjugar o inimigo, permitindo ao mesmo retornar ao esforço de desenvolvimento, sem prejuízos e sem grandes perdas humanas e materiais.

Torna-se vital despertar a comunidade científica nacional para o fator *Antiletalidade* na criação de processos e armas que se incorporem aos itens já existentes, entretanto muito pouco explorados no País, até o momento. Este será um novo campo de pesquisas que exigirá a resposta e a participação do meio industrial e, acordem, pois certamente será um grande e promissor setor de negócios, visto que sua contribuição para humanidade se dará pela preservação da espécie e não pela sua destruição, como é o caso da indústria armamentista atual, e ainda poderá representar um expressivo vetor de contenção da violência urbana e de todos os moldes em que ela se apresenta no contexto mundial.

As expressões culturais da arte cinematográfica e da literatura têm, na maioria das vezes, se antecipado à capacidade criativa do homem, todavia no caso da

Antiletalidade, ocorre uma interação ao final deste milênio, pois a cultura fala e se expressa sobre um setor potencial que está sendo, secretamente, desenvolvido por aqueles povos que já perceberam o grande negócio que têm nas mãos.

Desta forma, na virada para o século XXI, o pensamento da guerra se volta para Sun Tzu, principalmente, pelo enorme incremento de tecnologia na arte do combate, que permitiu o afluxo de uma doutrina que prevê a aplicação de um poder adequado de combate para sufocar e desmoralizar o inimigo, fazendo-o perder a vontade de lutar rapidamente, com o mínimo de baixas possível.

Quando muitos pensadores militares consideravam que a filosofia de Sun Tzu era aplicável apenas nos conflitos de configuração irregular, ela está de volta, garantindo a comprovação de observações seculares daquele mestre chinês da arte da guerra, como as que se transcreve a seguir:

- *não há, na história, notícia de um país que se tenha beneficiado com uma guerra prolongada;*

- *a oportunidade de derrotar o inimigo é fornecida pelo próprio inimigo;*

- *um exército sem sua equipagem está perdido; sem provisões, também; o mesmo acontece se perder as bases de suprimento;*

- *a rapidez é a essência da guerra. Tire partido da*

Quando muitos pensadores militares consideravam que a filosofia de Sun Tzu era aplicável apenas nos conflitos de configuração irregular, ela está de volta, garantindo a comprovação de observações seculares daquele mestre chinês da arte da guerra.

falta de preparação do inimigo, marche por caminhos onde não é esperado e ataque pontos desprotegidos;

- *a batalha deve ser vencida muito mais pela manobra do que pelo choque armado;*

- *somente quando todos os recursos de pressão moral e psicológica estiverem esgotados, e o inimigo ainda possa apresentar resistência militar, deve ser usado o recurso da decisão pelas armas; no mais curto prazo; com o menor custo de vidas e de material,*

infligindo ao inimigo o menor número de perdas.

O importante é que, na virada do século, a capacidade criativa do ser humano parece ter acordado para o determinismo da vida no planeta, e esse pensamento começa a alterar a arte da guerra. O período de transição para esse novo ciclo será longo, pois existem inúmeros Estados nacionais praticando ainda a doutrina do *aniquilamento* do prusiano Clausewitz, até porque estão submetidos a processos primários de desenvolvimento socioeconômico, estão desprotegidos culturalmente, sendo vítimas da voracidade inescrupulosa da indústria armamentista internacional e, ainda, porque sua entrada nessa nova realidade da guerra depende da obtenção de poderosas tecnologias pelo campo militar dessas nações.

A conjuntura continua a conspirar com a eclosão de novos conflitos, inclusive com a possibilidade de emprego de armas nucleares, como é o caso da Índia e do Paquistão, entretanto as pesquisas científicas caminham para uma conquista maior que é a efetivação da *Antiletalidade*.

Essa, talvez, será a maior conquista: combater e derrotar o inimigo sem causar sua destruição. Com certeza esse pensa-

mento irá ajudar a todos seguimentos de combate, tanto o da segurança externa como ao da interna, permitindo a nós todos

admitirmos que a guerra está melhorando e a violência pelo fogo, inclusive a urbana, possui uma solução eficaz.

BIBLIOGRAFIA

C 100-5 Operações - EME - Edição 1997.

C 124-1 Estratégia - EME - Edição 1997.

CARDOSO, Alberto Mendes, *Os Treze Momentos - Análise da obra de Sun Tzu* - Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1987.

CRONIN, Patrick M., "Síntese do Pensamento de Clausewitz," EUA, *Military Review* Ed Brasileira, 4º Trim, 1994.

LOPES, Gilson Gonçalves, "A Nova Doutrina do Exército Norte-Americano," EUA, *Military Review*, Ed Brasileira, 4º Trim, 1993.

MAYNARD, Wayne K., "A Nova Forma Norte-Americana de Combater," EUA, *Military Review* Ed Brasileira, 4º Trim, 1994.

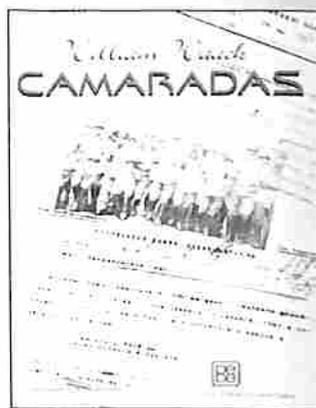
"Síntese da Bibliografia e do Pensamento de Grandes Estrategistas" - Rio de Janeiro, ECEME, 1994.

TOFFLER, Alvin e Heid, *Guerra e Antiguerra* - Rio de Janeiro, Editora Record, 1994.

Camaradas

William Waack

Em *Camaradas* o autor expõe os resultados da pesquisa que realizou nos arquivos secretos da ex-União Soviética revelando, pela primeira vez, textos de preciosos documentos encontrados em Moscou e extratos de depoimentos de antigos militantes comunistas, capazes de esclarecer inúmeras questões até hoje obscuras quanto ao frustrado levante de 1935.



Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEX

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: **0800-238365**

O Batalhão de Força de Paz em Operações¹

Marcelo Rodrigues Goulart*

Resumo de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular, para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME.

Pode não ser guerra, mas, sem dúvida, não é paz.

Major-General S. L. Arnold, comandante das forças norte-americanas em operações de paz na Somália.

Na busca da estabilidade mundial, os organismos internacionais vêm recorrendo, cada vez mais, às operações de paz. Só nos últimos cinquenta meses, a Organização das Nações Unidas (ONU) patrocinou mais missões de paz que há cinquenta anos.

O Brasil é um tradicional participante desse tipo de iniciativa. No que tange à alocação de força armada, registra-se a presença do Batalhão Suez junto à Força de Emergência das Nações Unidas, durante dez anos, e do 1º Batalhão do, então, Regimento Escola de Infantaria na Força Interamericana

de Paz, em São Domingos, por dezesseis meses. Mais recentemente, foram formados o Contingente Brasileiro Junto à Operação das Nações Unidas em Moçambique (COBRAMOZ), com valor de uma companhia de fuzileiros, e o Contingente Brasileiro Junto à Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (COBRAVEM), composto basicamente por um batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia. O COBRAMOZ operou em solo africano no segundo semestre de 1994, enquanto o COBRAVEM, tendo partido no terceiro trimestre de 1995,

retornou ao Brasil em agosto de 1997.

Alinhando-se a essa tradição da política externa nacional, numa visão prospectiva do seu emprego, o Exército Brasileiro considera o incremento da participação da Força Terrestre em missões internacionais de paz, e as *Instruções Provisórias IP 100-30: Operações de Manutenção da Paz* constituem o resultado do esforço de atualização da doutrina relativa a esse tipo de atividades.

Com vistas à complementação das IP 100-30, no que se refere às tarefas de cunho operacional afetas ao Batalhão de Força de Paz (Btl F Paz), este ensaio envolverá a apresentação

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME

preliminar de um panorama abrangente da missão. Em seguida, discorrerá sobre a constituição da unidade e sobre os elementos que orientam sua atuação, para, em um terceiro estágio, detalhar a atividade operacional normalmente desempenhada pelos integrantes de uma força internacional de paz.

A MISSÃO DE PAZ

O conhecimento das características das missões de paz é fundamental para o estudo da atividade operacional das unidades nelas envolvidas. Sob esse enfoque, é necessário travar contato com os tipos de operações, a estrutura da missão e o ambiente em que ela se insere.

Tipos de Operações

Doutrinas nacionais podem apresentar diferenças quanto à classificação das operações de paz, em razão das experiências específicas de cada país ou da orientação de sua política externa. No entanto, são amplamente aceitos os conceitos relativos a Estabelecimento da Paz (*Peacemaking*), Manutenção da Paz (*Peace-*

keeping), Imposição da Paz (*Peace Enforcement*) e Consolidação da Paz (*Peace Building*).

O Estabelecimento da Paz e a Consolidação da Paz podem, ou não, envolver ações militares. O primeiro desses conceitos refere-se aos esforços encetados para esvaziar as disputas antes da escalada do conflito e, o último, às providências adotadas após o fim das hostilidades, tendo em vista o apoio aos que nela se envolveram, com o intuito de minimizar os efeitos nocivos da guerra e prevenir o retorno à luta.

A idéia central para a diferenciação dos outros dois conceitos é o grau de consentimento que as partes em luta conferem à missão de paz. Destarte, a Manutenção da Paz conta com um elevado grau de aceitação por parte de todas as facções envolvidas, enquanto que, na Imposição da Paz, é admissível uma baixa aceitação da operação por algum grupo em confronto ou pela totalidade deles.

O Estado Brasileiro, coerente com os preceitos constitucionais que balizam sua política externa, evita o envolvimento na Imposição da Paz. É conveniente obser-

var, no entanto, que a transitoriedade das atitudes adotadas pelas partes em confronto pode anular a plena aceitação da missão, acarretando alterações em sua caracterização.

Ademais, a transição de uma situação de Manutenção da Paz para o ambiente de Imposição da Paz pode acontecer na prática sem ser, pelo menos de imediato, formalizada em termos políticos. Por tudo isso, percebe-se que qualquer tropa que participa de operações de manutenção da paz pode ser levada a atuar sob condições de Imposição da Paz, pelo menos até que sua retirada da área seja viabilizada.

Estrutura da Missão

Cada uma das missões efetivadas pelas Nações Unidas tem sua estrutura definida em função do tipo da operação, das particularidades do processo de paz, e das características da região conflagrada. Apesar disso, é possível a identificação de elementos que, quase sempre, estão presentes em todas elas.

O Representante Especial do Secretário-Geral da ONU é o chefe da missão

de paz. Para o exercício de suas atribuições, essa autoridade se apoia em dois segmentos, um militar e outro administrativo. Além disso, é possível a existência de um contingente policial, de elementos ligados aos assuntos civis e à ajuda humanitária ou de encarregados de uma possível atividade eleitoral.

O segmento militar tem dois componentes básicos: a força propriamente dita e os observadores militares da ONU (*United Nations Military Observer - UNMO*).

A força de paz é a maior parcela do segmento militar da missão. É integrada por contingentes de nacionalidades diversas, o que lhe confere caráter neutro diante das partes em luta. As tarefas desempenhadas por suas unidades podem ser resumidas na interposição entre os contendores, de forma a garantir o cumprimento dos acordos de paz e prevenir o retorno à luta, e no controle de áreas colocadas sob tutela internacional, para a proteção da população que nela reside.

Os observadores são militares desarmados que compõem equipes de quatro a doze homens, em que a imparcialidade estará tam-

bém caracterizada pela combinação de diversas nacionalidades. Sua atribuição básica é informar o que ocorre na área da missão, o que os leva a ligar-se com as partes em luta e a investigar ocorrências que possam caracterizar violações do cessar-fogo ou de acordos previamente firmados.

O contingente policial (*United Nations Civilian Police - UNCIVPOL*) tem como atribuições o acompanhamento da atividade policial das facções e a investigação de eventos de natureza criminal. Para tanto, a UNCIVPOL tem um modo de atuação semelhante aos observadores militares, desdobrando-se também em equipes multinacionais. Em algumas operações, UNMO e UNCIVPOL atuam sob um comando único, compondo equipes mistas.

O segmento administrativo da missão é integrado por funcionários civis das Nações Unidas, cabendo-lhe a realização do apoio logístico à operação. Já os elementos ligados aos assuntos civis e à ajuda huma-



"Amigo Bolacha" Sem que ninguém perceba colocam entre as pequenas mãos carentes parte de suas rações, por vezes bolachas. Foto Revista Verde-Oliveira, Nº 149.

nitária tratam da assistência à população, deslocada ou não. Eles coordenam o trabalho das diversas agências humanitárias da ONU e ligam-se com outras entidades de cunho assistencial.

A missão de paz articula seus elementos a partir de um quartel-general central, normalmente situado no município de maior expressão política da região. A área da missão é então dividida em setores, comandados por oficiais-generais ou coronéis. Cada uma dessas subdivisões é mobilizada com uma ou mais unidades da força, sempre de nacionalidades diferentes. Todos os elementos anteriormente descritos, aí

se fazem representar, abrindo repartições junto ao quartel-general do setor ou desdobrando equipes junto às comunidades do interior da área.

Ambiente Operacional

A missão de paz, após seu estabelecimento na área conflagrada, passa a conviver com cenários complexos, onde prevalecem situações obscuras com elevado grau de imprevisibilidade. Ainda que a denominação desse gênero de atividades sugira o afastamento dos clássicos ambientes bélicos, apenas com raríssimas exceções seus participantes se vêem envoltos por um panorama de paz.

Características da região de operações

A natureza das missões de paz, às quais se vincula a ajuda humanitária, e o magnetismo exercido pelos centros populacionais sobre as partes em luta, fazem com que a maior parte das atividades da força multinacional se desenvolva em área urbana. Dessa forma, é inevitável, no curso das operações, um intenso trato com civis.

A primeira peculiaridade desse ambiente é a questão lingüística. Normalmente, existe a tríade idiomática, em que a tropa fala uma língua e as partes em luta outra, nenhuma delas sendo o inglês que, por via de regra, orienta as relações no âmbito das missões de paz da ONU. Tal situação faz surgir o intérprete, civil local contratado pelo organismo internacional e integrante característico desse tipo de atividade.

A precariedade da área de operações é fato comum, no que se refere à infraestrutura de transportes, telecomunicações e outros serviços públicos. O caos reinante onera a missão de paz, na medida em que se torna muito difícil o aproveitamento de recursos locais para facilitar seu estabelecimento e sua atividade operacional.

Minas e armadilhas são ameaças cotidianas. As primeiras encontram-se dispostas de modo aleatório, em campos dos quais não se costuma guardar registros, o que torna complexa a tarefa de sua remoção. As armadilhas, preparadas com granadas ou explosivos, são posicionadas por uma das partes em luta, em casas abandonadas, como forma

de desestimular o retorno dos moradores dali expulsos, ou mesmo por estes, com o intuito de dificultar o uso de suas residências pela facção antagônica.

A ação dos franco-atiradores não costuma visar os integrantes da força multinacional nos momentos que se seguem ao estabelecimento da missão, particularmente quando se trata de uma operação de manutenção da paz. No entanto, uma possível deterioração do relacionamento da força de paz com as partes em luta os conduzirá, decerto, a atuar contra os representantes do organismo internacional.

Relacionamento das forças em presença

Missões de manutenção da paz costumam iniciar-se em um ambiente relativamente harmônico, onde as facções antagônicas mostram-se cooperativas, dispondo-se a cumprir sem maiores embaraços as disposições dos acordos previamente firmados. Não obstante, é comum que, durante as negociações, a boa vontade inicial ceda lugar à dissensão, em razão da falta de confiança mútua entre as

partes em luta. No decurso da operação, os freqüentes retrocessos atrasam o cronograma inicial, ensejando sucessivas renovações do mandato da missão e requerendo fortaleza de ânimo dos mediadores da ONU e paciência entre os partidos rivais. O caráter frustrante dessa situação pode levar à indisposição em relação à força de paz, havendo o risco de as forças antagônicas, no todo ou em parte, voltarem-se contra ela.

Porém, a morosidade das negociações não é o único motivo que pode redundar na agressão de integrantes da missão. Interesses escusos das partes em luta também têm poder para gerar esse resultado.

O jogo de interesses presentes faz com que ações hostis perpetradas contra a força de paz por uma das facções se constituam em trunfo para seu adversário. Portanto, qualquer dos partidos pode, em algum momento, tentar o ataque a elementos da força, no intuito de lançar a culpa por tal provocação sobre seu inimigo. Essa possibilidade torna-se mais palpável quando a tarefa de interposição leva a força multinacional a desdobrar-se entre os con-

tendores, muito próximo de suas posições, quando nem sempre é fácil determinar com isenção de onde partiu um projétil ou uma granada, ou, ainda, quem teria lançado minas.

Na Bósnia, foi repetidamente utilizado pelas milícias sérvias o expediente de proteger-se contra ataques aéreos da Organização do Tratado do Atlântico Norte por intermédio do aprisionamento de pessoal da Força de Proteção das Nações Unidas para a ex-Iugoslávia (*United Nations Protection Force* - UNPROFOR), fosse com a finalidade de pressionar aquela entidade por intermédio dos Estados contribuintes da missão, fosse para constituir escudos humanos nos alvos visados pelas aeronaves da organização. Além do mais, era comum o seqüestro de viaturas e outros itens, como coletes à prova de balas e equipamentos óticos, tomados preferencialmente do segmento desarmado da missão.

As viaturas da ONU permitiam que os seqüestradores monitorassem as comunicações no âmbito da missão de paz por meio do equipamento-rádio, orgânico dos veículos. Além

disso, todo o material assim obtido poderia ser utilizado para burlar sistemas de vigilância, franqueando a uma das partes o acesso a áreas controladas pela força de paz ou por seu inimigo. Ainda em meados do ano de 1995, em Sarajevo, um comando do Exército sérvio da Bósnia logrou apossar-se, sem que fosse disparado um só tiro, de um posto de controle de trânsito da UNPROFOR, situado sobre uma das pontes do rio Miljacka e operado por tropa francesa. O ardil utilizado foi o de aproximar-se do posto com fardamento e equipamento utilizados por integrantes da missão, em viaturas brancas que haviam sido seqüestradas no passado. A reação do batalhão francês, pouco mais tarde, recuperou a posição à custa de alguns feridos entre seus homens e de outros tantos mortos do lado sérvio.

As restrições de movimento são uma das formas mais utilizadas pelas partes em luta para burlar o controle que os diversos vetores da missão devem exercer sobre suas áreas de responsabilidade. Pela atuação integrada de seus diferentes agentes, as facções em pre-

sença conseguem enganar, por exemplo, uma patrulha de observadores militares, parando-a com a polícia local por alguns poucos minutos e sob o plausível pretexto de conferência de documentação, enquanto, a algumas centenas de metros adiante, mascara-se o posicionamento irregular de uma peça de artilharia.

Após todas essas considerações acerca do ambiente operacional das missões de paz, é possível concluir pela ingenuidade do pensamento que propõe a inexistência de inimigos para a força multinacional. Na realidade, em algum ponto do tempo ou do espaço, suas unidades poderão travar contato com antagonismos, de gravidade suficiente para envolvê-las no clima característico de conflito de baixa intensidade.

O BATALHÃO DE FORÇA DE PAZ

A organização das unidades que atuam em missões de paz é variada, em vista das condicionantes fixadas pelos tipos de operações e das características da região de atuação. Por essa razão, os parâmetros que orientam

sua constituição só podem ser definidos nos primeiros contatos entre as Nações Unidas e o Governo cedente da tropa.

Essa variação torna inadequado o aprofundamento na questão. Portanto, quanto à organização de um Batalhão de Força de Paz (Btl F Paz), este trabalho

O jogo de interesses faz com que ações hostis perpetradas contra a força de paz por uma das facções se constituam em trunfo para seu adversário.

limitar-se-á à apresentação, a título de ilustração, dos detalhes mais significativos na estrutura da unidade brasileira que atuou junto à terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III).

Organização do Batalhão

As diferenças na constituição das unidades destinadas às missões de paz podem ser comprovadas pela comparação dos contingentes brasileiros enviados ao exterior. O Batalhão Suez era composto por uma companhia de comando e

serviços, um pelotão de Polícia do Exército e três companhias de fuzileiros, perfazendo quinhentos e quarenta e cinco militares. Já o batalhão do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FAIBRAS) contava com um efetivo aproximado de novecentos homens, distribuídos por uma companhia de comando, uma companhia de serviços e três companhias de fuzileiros. O Btl F Paz que integrou o COBRAVEM dispunha de oitocentos profissionais, enquadrados em uma companhia de comando e apoio, uma companhia de serviços e quatro companhias de fuzileiros.

O exame da estrutura do *Batalhão Angola* - como ficou conhecida a unidade brasileira destacada junto à UNAVEM III - aponta várias singularidades. Verifica-se, por exemplo, a existência pouco ortodoxa das quatro peças de manobra e a presença de frações atípicas de uma organização militar de infantaria.

O apoio de fogo à unidade era provido pela companhia de comando e apoio, por intermédio de um pelotão de apoio composto por uma seção de morteiros e

uma seção anticarro. De forma complementar, a subunidade podia valer-se, ainda, da potência de fogo de seu pelotão de reconhecimento, motorizado com viaturas *Cascavel* e *Urutu* e integrado por elementos de cavalaria. Finalmente, entre outras frações comuns à atividade de comando, essa companhia enquadrava um pelotão de Polícia do Exército.

A companhia de serviços dispunha de um pelotão de engenharia, entre as frações que lhe são peculiares. Esse pelotão possuía um grupo de suprimento de água, um grupo de especialistas e um grupo de engenharia.

Cada companhia de fuzileiros era formada por um pelotão de comando e serviço, um grupo de comunicações e três pelotões de fuzileiros. Em razão da probabilidade de o batalhão destacar suas subunidades, o pelotão de comando e serviço contou com elementos de manutenção, transporte, aprovisionamento e saúde. Além disso, essa fração enquadrava um grupo de apoio de fogo com uma peça de canhão sem recuo, uma vez que a companhia de fuzileiros não dispunha de pelotão de apoio.

A doutrina da Força Terrestre reconhece que, por norma do organismo internacional, a força de paz deverá ser dotada com armamento leve, o que lhe conferirá limitada capacidade de reação.

Em várias passagens, as IP 100-30 mencionam a retirada do Btl F Paz no caso de as facções antagônicas reiniciarem as hostilidades. Contudo, é possível prever um atraso nessa retirada, já que a unidade tem por encargo a proteção dos elementos desarmados da ONU que atuam em sua área de responsabilidade. Pode ser, portanto, que aquela limitada capacidade de reação seja insuficiente para garantir a integridade física da tropa e dos que dependem de sua proteção.

De forma sintética, a doutrina do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) assim se refere à organização das unidades destinadas a operar em missões de paz:

... o maior desafio para qualquer força participante de operações de paz é ser suficientemente especializada para cumprir sua missão, pequena o bastante para desdobrar-se rapidamente e possuidora da

letalidade adequada para desencorajar hostilidade ou para lidar com uma situação de combate na eventualidade de a dissuasão falhar.

Missão do Batalhão

As operações de paz desenvolvem-se em diversas regiões do globo, o que faz com que os ambientes fisiográfico e sociocultural que cercam determinada força sejam diferentes daqueles em que se insere o contingente de outra missão. As condicionantes político-militares são igualmente variadas, dando lugar aos vários tipos de operações.

Diante dessa disparidade de parâmetros, torna-se complexo o estabelecimento de missões-tipo para as unidades de força de paz. Além disso, só após realizados os contatos políticos preliminares entre a ONU e as partes litigantes, firmados os pactos pertinentes e estabelecidas as metas da operação é que será possível o delineamento do que se espera de tal força. Todavia, cabe ao Btl F Paz, por via de regra, a separação das partes em luta e a verificação do cumprimento dos acordos celebrados.



Os soldados, nas viaturas, olhos atentos, sombreados pelas abas dos capacetes azuis.

A separação dos contendores ocorre com o estabelecimento de uma zona de separação, implicando o posicionamento da unidade em seu interior ou, simplesmente, a vigilância da faixa. Uma variação desse modo de atuação é o controle de uma zona desmilitarizada, que também se presta ao isolamento das partes em confronto, mas cuja finalidade primordial é a proteção da população civil residente em seu interior.

A verificação do cumprimento dos acordos é feita através do controle que o Btl F Paz exerce sobre sua área de responsabilidade. Ao monitorar a região, a unidade não só produz informações que caracterizam a adesão das facções aos tratados assinados como também proporciona segurança à atividade dos de-

mais integrantes da missão, das diversas agências da ONU e de outras entidades que praticam a ajuda humanitária.

Princípios Gerais de Atuação

O estudo de casos históricos de operações de paz

e a análise das missões-tipo normalmente atribuídas ao seu componente armado permitem o isolamento de alguns princípios que regem a atuação dessa força. Esses preceitos são a *imparcialidade*, a *segurança*, a *negociação*, a *previsibilidade*, a *perseverança* e o *controle*.

A *negociação* deve ser o instrumento de trabalho de todos os integrantes do Btl F Paz. Na medida em que o uso da força é restrito, a capacidade de negociar assume papel fundamental na solução de impasses que as partes em luta ou a população local costumam antepor ao trabalho da unidade. Em tais ocasiões, serenidade e firmeza devem ser combinadas na busca do resultado desejado. A barreira lingüística, nesses casos, é sempre um indesejável entra-

ve, requerendo a presença de intérpretes.

O maior vício que o batalhão pode apresentar é, sem dúvida, a inclinação na direção de uma das partes litigantes. A *imparcialidade* é um requisito básico para a aceitação da tropa por parte das facções rivais e pelo público civil, devendo ser demonstrada em todas as ocasiões.

O próximo princípio visa a impedir que uma das partes em luta confunda as atitudes ou movimentos dos *capacetes-azuis* com os de seu inimigo. Nesse sentido, ao contrário das operações de combate, onde a dissimulação e a surpresa são, com frequência, fatores essenciais para a vitória, nas operações de manutenção da paz o comportamento da força deve ser sempre previsível.

A *previsibilidade* encerra dois aspectos interessantes: a proteção dos integrantes do Btl F Paz e o reforço de sua imparcialidade.

Ao desenvolver sua atividade operacional, os elementos da unidade acercam-se das posições das facções, seja por força da ação de interposição, seja mediante patrulhamento de linhas de confrontação. Para anular a tensão gerada por essa proxi-

midade e minimizar a possibilidade de acidentes, a tropa multinacional deve atuar de forma absolutamente inequívoca, evitando sua confusão com as milícias locais. Adicionalmente, as atitudes claras realçam o desinteresse do batalhão, afastando desconfianças quanto à sua neutralidade e acentuando-lhe o caráter imparcial.

Como foi visto anteriormente, antes que a missão de paz atinja os objetivos a que se propôs, é comum a sucessiva renovação de seu mandato. Assim, os contingentes nacionais, normalmente substituídos a cada seis meses, vêm e vão sem que ocorram diferenças significativas na situação política e militar da área. Essa circunstância, em conjugação com ambientes operacionais onde carências infra-estruturais de toda ordem aliam-se a grandes vazios demográficos, requer de todos os integrantes da força uma atitude mental positiva para evitar a depressão e a letargia. A *perseverança* permite, portanto, que os integrantes do Btl F Paz superem dificuldades dessa natureza.

O princípio da *segurança* diz respeito à proteção

dos integrantes do batalhão contra qualquer ato hostil, seja ele perpetrado pelas partes em luta, por indivíduos radicais contrários ao estabelecimento da missão ou por populares em busca da satisfação de suas necessidades básicas. Os comandantes não podem se deixar influenciar pela monotonia que costuma se abater sobre o dia-a-dia da missão, jamais descuidando das medidas básicas de segurança. Da mesma forma, quando se considera a já aludida possibilidade de uma operação de manutenção da paz transformar-se em atividade de imposição da paz, verifica-se a propriedade das palavras dos coronéis norte-americanos John Abizaid e John Wood, que atuaram na Operação *Provide Comfort* com vistas à proteção da minoria curda iraquiana, quando advogam que:

A idéia de que o soldado de manutenção da paz deve apresentar uma aparência não-ameaçadora e estar, portanto, levemente armado e equipado, pode ser incoerente com as exigências da missão. As forças de manutenção da paz devem, sempre, ser adestradas para combater e equipadas para cumprir

com os requisitos da proteção da força.

O último dos preceitos aqui expostos é o *controle*, cuja abordagem será iniciada no próximo parágrafo em razão de sua estreita ligação com as regras de engajamento.

Regras de Engajamento

O controle diz respeito à capacidade da tropa em aplicar o poder militar apropriado para solucionar uma situação crítica, já que, nesse ambiente, o uso de força superior à estritamente necessária pode gerar conseqüências indesejáveis e irreversíveis. O enfoque dessa matéria varia com o tipo de operação, mas até mesmo na Imposição da Paz, em que se recorre com freqüência ao instrumento da coerção, existe a preocupação com o autodomínio dos integrantes da força. Contudo, as considerações doravante formuladas serão restritas à Manutenção da Paz, uma vez que o Estado brasileiro evita a participação nas operações de Imposição da Paz.

As regras de engajamento são a regulamentação do que se espera dos elementos do Btl F Paz em termos de

resposta a atos que atentem contra sua integridade física. São estabelecidas porque o uso descontrolado da força por parte da unidade poderia elevar o nível de tensão na área, afetando a imparcialidade da tropa ou conduzindo à retomada do conflito. Dessa forma, todos os integrantes do batalhão devem ter plena ciência das razões que determinam o estabelecimento das regras de engajamento, além de conhecê-las e praticá-las exaustivamente. A esse respeito, assim se expressa o Coronel João Cosenza, ex-comandante de companhia do batalhão do FAIBRAS:

Ao chegar à República Dominicana, o primeiro passo tomado foi o de aclimatar o nosso soldado ao ambiente operacional da área; convencê-lo de que a missão era de paz em um ambiente hostil e agressivo já foi algo difícil para o comandante de subunidade. Conscientizá-lo de que só poderia responder à agressão armada do inimigo depois de certificar-se de que o tiro era contra sua pessoa ou sua posição e após identificar o calibre da arma do opositor para então poder reagir ao agressor, tornou-se um pro-

blema muito sério para o comandante de subunidade.

Quando o ato hostil contra a tropa de paz é precedido de ameaça e, antes de se recorrer ao emprego da força, é preciso que se esgote a negociação. Em todo caso são sempre pertinentes as medidas destinadas ao alerta

Os comandantes não podem se deixar influenciar pela monotonia que costuma se abater sobre o dia-a-dia da missão, jamais descurando das medidas básicas de segurança.

e à intimidação do agressor, como a repetida advertência verbal, seguida de disparos para o ar. Finalmente, quando empregada a força, que seja ela amplamente justificável e cuidadosamente controlada.

O conceito de retaliação não se aplica a esse gênero de atividade, enquanto que o emprego da força mínima é lugar-comum. Antes da abertura de fogo e desde que a situação o permita, os elementos do Btl F Paz devem adotar outros meios de coerção, como aqueles destinados

à contenção de distúrbios civis. No caso do uso de armas de fogo, é preciso que os atiradores sejam disciplinados e eficientes o bastante para não atingir nada além de seu alvo. De qualquer modo, o fim da ameaça deve corresponder à imediata paralisação da aplicação da força por parte dos *capacetes-azuis*.

A ATIVIDADE OPERACIONAL

As páginas anteriores mostraram que o papel a ser desempenhado pela força de paz resulta das gestões diplomáticas que precedem o estabelecimento da missão. Como conseqüência, é possível pressupor que alguns trabalhos são comuns a qualquer operação, enquanto outros podem inexistir em algumas delas.

A apresentação da atividade operacional desenvolvida pelo Btl F Paz será dividida em dois ramos: o primeiro reunindo as tarefas básicas e o segundo tratando de ações diversas. As tarefas básicas são trabalhos que podem ser encontrados em qualquer operação, enquanto as ações diversas tratam daqueles cuja prática é menos freqüente.

Tarefas Operacionais Básicas

Embora seja complexo o estabelecimento de missões-tipo para o Btl F Paz, é relativamente simples desdobrar sua atuação em uma série de tarefas básicas que, conjuntamente, asseguram o cumprimento de suas obrigações mais amplas. Esses trabalhos são, normalmente, expostos de forma detalhada nos procedimentos padronizados de operação que regulam a atividade militar no âmbito de cada missão.

Observação e patrulhamento

Para controlar sua área de responsabilidade, o Btl F Paz instala postos de observação (*observation post* - OP) ou lança patrulhas. Em ambos os casos, objetiva-se a produção de informações sobre a atividade das partes em luta, de forma a caracterizar sua adesão aos preceitos dos acordos celebrados.

Os postos de observação costumam ser assentados sobre os limites de uma zona de separação ou ao longo de uma linha de confrontação, situação mais delicada e potencialmente mais perigosa. Valem-se do relevo

para obter observação mais eficaz, que é otimizada pela construção de plataformas suspensas, em cujo ponto mais alto tremula permanentemente o pavilhão das Nações Unidas.

As patrulhas são meios dinâmicos de coleta de informes, podendo ser empregadas em áreas contempladas com postos de observação ou em regiões onde, por qualquer motivo, sua instalação não foi exequível. No primeiro caso, complementam a ação desses postos, percorrendo o espaço entre eles ou monitorando áreas que, por imposição do terreno, tenham fugido à sua vigilância.

Além da reunião de informes, o patrulhamento permite o contato com as facções rivais e com a população, a ligação com posições isoladas e a liberdade de trânsito na rede viária.

As patrulhas são normalmente realizadas a pé ou em viaturas, embora as aeronaves de asa móvel possam ser utilizadas quando o comando da missão atribuir horas de vôo ao Btl F Paz. O movimento a pé é utilizado onde as viaturas não podem transitar, seja em razão de detalhes fisiográficos, seja por causa da

sensibilidade da situação militar, como ocorre quando do patrulhamento de linhas de confrontação.

Na fase de planejamento, é interessante a previsão de percursos variados e horários desvinculados de um padrão rígido, de forma a impedir que as partes em confronto antecipem a passagem das patrulhas do batalhão. Esse cuidado, no entanto, não significa que o princípio da previsibilidade possa ser desconsiderado na tarefa de patrulhamento. Nessa atividade, em que o alcance das patrulhas aumenta sua exposição ou as aproxima de áreas sensíveis, esse princípio de atuação é ainda mais valorizado.

Assim, tanto no que se refere ao planejamento quanto no que concerne à execução, seja na esfera individual ou no âmbito coletivo, todas as medidas devem ser tomadas para impedir que as partes em luta confundam - ou aleguem ter confundido - os elementos do batalhão com seu inimigo. A limpeza das viaturas, para destacar a cor branca e a sigla UN; o uso constante do capacete azul; o porte da bandeira da ONU em cada veículo ou por um dos patrulheiros a

pé e o trânsito com faróis acesos são algumas das providências que se prestam a esse fim.

Controle de trânsito

A operação de postos de controle de trânsito (*check point* - CP) é outro recurso utilizado pelo Btl F Paz para controlar sua área de responsabilidade e materializar sua presença na região de operações. Adicionalmente, presta-se à obtenção de informes, ao impedimento do tráfego de pessoal ou material especificamente proibidos pelos acordos vigentes, à manutenção do livre trânsito nas vias de transporte ou ao bloqueio dessas vias, quando se fizer necessário.

Os CP podem ser fixos ou móveis. No primeiro caso, a fração encarregada de operar o posto de controle se estabelece no local, que assume características de um ponto forte, na medida em que é preparado para a defesa. No aspecto exterior da instalação reside, implicitamente, a desejável atitude dissuasória, veiculada pelos abrigos de sacos de areia, pelas fileiras de concertinas, pelas casamatas com

armamento coletivo e pelo posicionamento ostensivo de blindados.

O CP móvel, por outro lado, compreende uma estrutura mais leve, posicionada em um determinado local de forma a surpreender os elementos que usam aquela rota. Dessa maneira, o período de desdobramento é curto, pois o posto perde a característica da surpresa após algumas horas de operação. É, no entanto, um processo muito eficaz de se exercer o controle da rede viária.

Uma vez que esses locais podem tornar-se palco de ações violentas, é imprescindível que os indivíduos que atuam junto aos postos de controle de trânsito compreendam perfeitamente as regras de engajamento e disponham de um nível superior de disciplina, sem o que seria problemática a manutenção da calma sob circunstâncias críticas. Por tudo isso, é conveniente que o CP mantenha uma força de reação rápida para emprego em caso de ameaça iminente à integridade da instalação.

Nos postos de controle haverá sempre uma ativa interação com integrantes das partes em confronto e com populares, o que impõe a

permanência de intérpretes junto a essas instalações, bem como o posicionamento de letreiros, no idioma oficial da missão e na língua nativa, orientando o público quanto aos procedimentos a adotar. Em alguns casos e nos termos dos acordos que embasam o processo de paz, agentes da polícia local também podem se fazer presentes, atuando juntamente com a tropa. Como forma de dirimir a hostilidade gratuita, todos os integrantes do batalhão devem aprender e respeitar os costumes locais, manifestando, através de sua atitude, deferência e cordialidade com os nacionais.

Escolta

As escoltas provêm segurança a elementos desarmados que transitam por áreas de maior risco ou que transportam material visado pelas partes em luta e por eventuais bandos autônomos. Comboios de ajuda humanitária e dignitários da ONU valem-se regularmente de escoltas, ao passo que agentes desarmados da missão podem delas fazer uso ocasional, como ocorre com os observadores militares quando, por força de suas inves-

tigações, têm de percorrer trechos perigosos.

No sudeste africano, durante o mandato da Operação das Nações Unidas em Moçambique (*United Nations Operation in Mozambique - ONUMOZ*), tornou-se corriqueira a escolta de comboios ferroviários. Nesse caso, a tropa proporciona segurança ao deslocamento por meio de sua presença a bordo da composição ferroviária.

A fração que realiza uma escolta pode ser reforçada com elementos de engenharia e de manutenção. Suas viaturas devem ser blindadas, sendo de todo conveniente que disponham, também, de um eficiente sistema de comunicações, pois o contato entre os veículos e com o posto de comando que dirige a atividade é fundamental. Sempre que houver a previsão de passagem por postos de controle das partes em luta, torna-se necessária a presença de um intérprete.

Recolhimento de armamento

O recolhimento de armamento, munição e explosivos utilizados durante o conflito tem seus pormenores definidos nos acordos que, precedendo o início da

operação, determinam as obrigações dos protagonistas do processo de paz. Assim, esses instrumentos estabelecem detalhes fundamentais para a execução da tarefa, como seu cronograma, a especificação do que deve ser entregue, as condições de armazenamento e a destinação futura do material. Após seu recebimento nos pontos de coleta de armas (*weapon collection point - WCP*), o armamento é conduzido para os locais de armazenagem de armas (*weapon storage site - WSS*).

Há, ainda, a apreensão de material bélico existente em áreas onde sua permanência é proibida pelas cláusulas dos acordos vigentes, em seqüência à sua descoberta nos postos de controle de trânsito ou pelas patrulhas lançadas pelo Btl F Paz. Certamente, esse é um procedimento delicado, no qual é posta à prova a legitimidade da missão e que, por si só, justifica a necessidade de o batalhão dispor de poder de combate compatível com as ações que deva empreender.

O destino final do material recolhido pode variar entre a destruição sumária ou a incorporação às forças

armadas nacionais, quando instituídas. De qualquer forma, sua custódia é sempre um pesado ônus para as frações da unidade encarregadas da operação dos WCP e da guarda do WSS. Considerando a possibilidade de deterioração do relacionamento das facções com a força multinacional e diante dos retrocessos que podem ocorrer no desenrolar do processo de paz, é necessário que essas instalações sejam muito bem protegidas, de forma a inibir tentativas de recuperação do armamento aí retido.

Tarefas Operacionais Diversas

Aquartelamento da tropa

As discussões que precedem o início da operação de paz podem determinar o encaminhamento dos combatentes para áreas de reunião (*assembly area - AA*) ou áreas de aquartelamento (*quartering area - QA*). Ambas as denominações referem-se à mesma instalação, que oferece facilidades para o alojamento de grande efetivos.

Em Angola, o processo de paz previa o aquartelamento da tropa da UNITA,

para sua subsequente desmobilização ou integração às forças armadas nacionais. Na condição de força irregular, essa facção não dispunha de quartéis para suas unidades, o que levou a UNAVEM III a estabelecer várias áreas de aquartelamento no país.

Coube ao *Batalhão Angola* a administração de algumas QA, cada qual a cargo de uma de suas companhias de fuzileiros. Segundo os procedimentos padronizados de operação da UNAVEM III, o comando da área era atribuído ao comandante da companhia, embora o enquadramento disciplinar dos homens da UNITA fosse da alçada de um comandante de campo dessa facção.

À companhia de fuzileiros competia a segurança da área de aquartelamento, com ênfase para os depósitos de gêneros e para o ponto de coleta de armas. Seu comandante, por exercer também o comando da QA, tinha de se relacionar com o comandante de campo da UNITA e com funcionários civis da ONU encarregados da ajuda humanitária, da desmobilização, da logística, do transporte e da higiene da área.

Ações peculiares ao ambiente urbano

O Btl F Paz deve preparar-se para as tarefas inerentes ao cenário urbano, já que a maior parte de suas atividades tem lugar nesse tipo de ambiente. Assim, seus elementos devem ser adestrados no controle de distúrbios civis, nas operações de isolamento e busca, na defesa de pontos sensíveis e nas ações contra franco-atiradores. Sob tal enfoque, o combate em localidade deve ser igualmente considerado, pois o acirramento dos ânimos pode levar à ocorrência dessa hipótese.

Conforme já foi exposto, a simpatia ou a aversão de uma comunidade em relação à força multinacional subordina-se a parâmetros extremamente mutáveis. Situações de tensão tanto podem gerar-se dos mais ingênuos incidentes como podem ser induzidas pela facção que controla aquela sociedade.

Quando o batalhão ou suas frações enfrentarem ameaça proveniente de grupos sem organização, desarmados ou levemente armados, é importante a pronta ligação com as autoridades locais e a identificação dos

líderes da turba. No entanto, a falência da negociação e o recrudescimento da hostilidade podem conduzir à reação da tropa. Nesse caso, é essencial que tal resposta, sendo firme o bastante para garantir a dissuasão, guarde proporção com a ameaça. Assim, o emprego de força letal contra um grupo de populares armados de pedras e porretes pode comprometer a atuação da tropa junto àquela comunidade e, por extensão, à parte em luta à qual ela se liga.

O ambiente urbano encontrado nas operações de paz é extremamente intrincado, pois, não obstante a proximidade das facções rivais, coexiste de cada lado - e às vezes na terra de ninguém que separa os dois lados - o público civil. Em um quadro em que a força de paz esforça-se para distinguir áreas de segurança satisfatória, os franco-atiradores colocam-se à vontade para selecionar suas vítimas.

A ação desses indivíduos suscita cuidados especiais por parte dos elementos do Btl F Paz que transitam em sua área de atuação. A unidade deve submeter seus elementos ao treinamento de técnicas de ação imediata

contra o fogo de franco-atiradores, as quais devem guardar consonância com as regras de engajamento e considerar a hipótese de tal reação ter lugar em meio a um grupo de civis. Uma medida largamente empregada em Sarajevo era o posicionamento de equipes contra franco-atiradores nos pontos em que sua atuação era particularmente freqüente. Essas equipes guardavam carros blindados dotados de canhões de vinte milímetros ou constituíam-se, simplesmente, de atiradores de elite armados com fuzis de meia polegada e auxiliados por telêmetros a laser. Quando o primeiro disparo era realizado contra os pedestres ou as viaturas que circulavam em suas adjacências, a equipe informava à célula de operações do setor, que autorizava a retaliação. A potência e a precisão do fogo devolvido eram sempre suficientes para silenciar o franco-atirador.

Durante os dezesseis meses nos quais o FAIBRAS atuou em território dominicano, tornou-se possível aquilatar a real importância das operações militares em terreno urbano para o desenrolar das missões de

paz. Ali, o destacamento brasileiro não só teve a oportunidade de praticar intensivamente as técnicas que facultam o controle de áreas edificadas, como foi conduzido, também, a engajar-se no combate com as partes em luta. Uma dessas ocasiões foi assim descrita

A simpatia ou a aversão de uma comunidade em relação à força multinacional subordina-se a parâmetros extremamente mutáveis. Situações de tensão tanto podem gerar-se dos mais ingênuos incidentes como podem ser induzidas pela facção que controla aquela sociedade.

pelo Major José Costa, em sua monografia a propósito dos ensinamentos colhidos pelo Exército Brasileiro quando da destinação de contingentes para atuar em Suez e São Domingos:

O isolamento de Ciudad Nueva constituiu-se numa operação de substituição de tropas americanas e a ampliação da Zona Internacional de Segurança. Nessa

missão registraram-se os fatos de maior monta, como os combates dos dias 15 e 16 de junho, onde tivemos os nossos primeiros feridos após violenta troca de tiros com os 'rebeldes', e na noite de 29 de agosto, onde tivemos um ferido, após serem disparados cerca de 17.000 tiros de armas leves.

CONCLUSÃO

Ao longo deste ensaio, foi constante a preocupação do autor no sentido de caracterizar, com realismo, o ambiente em que vivem os integrantes de uma unidade de força de paz. Sobretudo, procurou-se evidenciar a possibilidade de uma tropa destinada a atuar em ação de Manutenção da Paz ser conduzida à permanência, pelo menos temporária, no ambiente de Imposição da Paz.

Essa permanência deve ser considerada por ocasião da organização do Btl F Paz. Ainda que o organismo internacional defina os requisitos desejáveis para a unidade, cabe ao país cedente a maior parcela de preocupação com a segurança de seu contingente.

Como foi visto, a arte de organizar uma unidade de

força de paz reside na adequada combinação de agilidade e letalidade. A difícil conciliação desses requisitos sugere a constituição da unidade com base nos parâmetros utilizados para os batalhões de infantaria leve, em particular no que concerne à especificidade de seus morteiros e armamento anticarro. A alocação de blindados, sempre desejável, dependerá de como o terreno condiciona o transporte e o movimento de carros na região de operações.

A idéia conclusiva que deriva de todas essas considerações é clara: o Btl F Paz tem de estar em condições de combater, apesar de não lhe ser formalmente atribuí-

do um inimigo. Em decorrência disso e diante da natureza pacífica da operação, avulta a importância das regras de engajamento.

Este ensaio enfatizou a necessidade da prática exaustiva dessas normas. O treinamento deve habilitar o soldado a agir por reflexo, pois suas respostas deverão ser tão instantâneas como se pretende que sejam no combate regular, em que as regras de engajamento não têm tamanha rigidez. Durante seu adestramento, a tropa deve vivenciar a tensão que caracteriza os momentos mais críticos de uma operação de paz. Sem esse grau de realismo, que não é atingido senão por intermédio de situações

simuladas, é impossível a obtenção de resultados confiáveis.

As missões de paz representam uma preciosa oportunidade para a divulgação dos valores nacionais e da qualidade do soldado brasileiro. Este aspecto, somando-se a outros já enfatizados, justifica o critério e o realismo que devem orientar, respectivamente, a organização e o adestramento das unidades destinadas às operações multinacionais, como forma de lhes garantir um desempenho superior. Sempre que assim proceder, a Força Terrestre estará transformando o Batalhão de Força de Paz em um poderoso vetor de projeção do Brasil no cenário internacional. 

A Guerra

André Corvisier

A obra expende conceitos relevantes sobre as missões militares do Estado e suas obrigações em relação ao pessoal das Forças Armadas. Embasada em fatos históricos e em lúcida interpretação e projeção desses fatos, Corvisier realiza uma magnífica e abrangente análise do fenômeno "guerra" em todos os seus aspectos.

Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEX

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: **0800-238365**